

PROGRAMA DE DIFUSÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL

EDITAL DE DIVULGAÇÃO N.º 01/2007MARÇO

O Secretário Executivo do Ministério da Cultura, nos termos do presente Edital de Divulgação, torna público que será realizado processo seletivo de candidatos à percepção de apoio financeiro para participação em eventos culturais nacionais ou internacionais.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 O Programa de Difusão e Intercâmbio Cultural é uma iniciativa da Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura (SEFIC) e tem como objetivo promover a difusão e o intercâmbio da cultura brasileira nas áreas das artes cênicas, das artes visuais, da música, do patrimônio cultural, das humanidades e de outras expressões culturais consideradas relevantes pelo Ministério da Cultura, exceto aquelas relacionadas à área do Audiovisual, que dispõe de programa próprio, cujo apoio compete à Secretaria do Audiovisual (SAV).

1.2 O apoio consiste na concessão de recursos financeiros para o custeio de despesas com transporte de artistas, técnicos e estudiosos convidados a participar de eventos culturais promovidos por instituições, brasileiras ou estrangeiras, de reconhecido mérito, com a finalidade de: (a) apresentação de trabalho próprio; (b) residência artística; (c) cursos de capacitação de profissionais de cultura.

1.3 A utilização dos recursos financeiros pelo candidato beneficiado é destinada à cobertura de despesas com transporte pessoal.

1.4 O presente Edital refere-se exclusivamente à seleção de requerimentos cujas viagens estejam previstas para ocorrer no mês de março de 2007.

1.5 PÚBLICO ALVO

1.5.1 Artistas, técnicos e estudiosos da cultura brasileira - brasileiros, natos ou naturalizados, e estrangeiros com residência permanente no Brasil.

1.5.2 Os pedidos de inscrição poderão ser apresentados por pessoa física, grupo ou entidade cultural privada e sem finalidade lucrativa.

1.5.3 Considera-se grupo a reunião entre artistas, técnicos e estudiosos da cultura brasileira para apresentação de trabalho conjunto em evento cultural promovido por terceiros.

1.6 RECURSOS FINANCEIROS

A concessão do apoio financeiro será viabilizada com recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), no valor limite total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Cultura.

2. APRESENTAÇÃO E ENVIO DOS PEDIDOS DE INSCRIÇÃO

2.1 Até às 23h59, no horário de Brasília, do dia 27/02/2007, a candidatura deverá ser encaminhada, exclusivamente para o correio eletrônico: edital.sefic@minc.gov.br, contendo a sinopse do trabalho a ser apresentado, ou do estudo a ser realizado ou do programa de ensino a ser ministrado, acrescida dos formulários obrigatórios disponíveis no endereço eletrônico: (<http://www.cultura.gov.br>).

2.2 Os candidatos selecionados, pré-aprovados, serão convocados pela SEFIC para encaminharem a documentação complementar exigida no item 3.

2.3 A relação das candidaturas selecionadas, pré-aprovadas, também estará disponível no portal:(<http://www.cultura.gov.br>) e será publicada no Diário Oficial da União.

2.4 O candidato selecionado deverá postar a documentação exigida no item 3, sendo esta a única forma de encaminhamento, exclusivamente para o endereço:

SECRETARIA DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA (SEFIC)
EDITAL DE DIVULGAÇÃO n.º 01/2007
Caixa Postal 8553
CEP: 70.312-970
Brasília /DF

2.5 As candidaturas deverão ser encaminhadas no prazo definido no presente Edital, para o endereço de correio eletrônico informado no subitem 2.1, sob pena de não serem analisadas, e, a documentação complementar, posteriormente postada para o endereço mencionado no subitem 2.4.

2.6 Apenas as candidaturas pré-aprovadas deverão encaminhar, via postal, a documentação complementar, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de publicação do resultado da seleção no Diário Oficial da União.

2.7 A homologação do apoio somente será efetuado mediante o envio da documentação estabelecida no item 3.

3.DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

3.1 Do candidato Individual:

- a) Formulário de Solicitação de Apoio - Individual preenchido e assinado;
- b) Original ou cópia autenticada do convite, escrito em papel timbrado da instituição organizadora do evento e assinado pelo respectivo dirigente, no qual estejam expressos, além do nome do convidado, informações sobre a finalidade, o período e o local de realização do evento;
- c) Sinopse do trabalho a ser apresentado, do estudo a ser realizado ou do programa de ensino a ser ministrado;
- d) Currículo formatado em formulário disponível no endereço: (<http://www.cultura.gov.br>) e anexos comprobatórios de formação acadêmica, prêmios recebidos, catálogos, material de imprensa, programas de apresentações realizadas e outros;
- e) O candidato portador de deficiência deverá apresentar laudo médico original ou cópia autenticada, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10),

em conformidade com Decreto Federal n.º 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal n.º 5.296/2004, bem como a expressa indicação de necessidade de auxílio para locomoção, se for o caso;

f) Cópia de RG e CPF;

g) Termo de Compromisso corretamente preenchido e assinado.

3.2 De grupo ou entidade cultural privada e sem finalidade lucrativa:

a) Formulário de Solicitação de Apoio – Grupo ou Entidade preenchido e assinado pelo dirigente da entidade ou pelo coordenador do grupo;

b) Original ou cópia autenticada do convite, escrito em papel timbrado da instituição organizadora do evento e assinado pelo respectivo dirigente, no qual estejam expressos, além do nome do convidado, informações sobre a finalidade, o período e o local de realização do evento;

c) Sinopse do trabalho a ser apresentado, do estudo a ser realizado ou do programa de ensino a ser ministrado;

d) Currículo do grupo ou entidade, formatado em formulário disponível no endereço: (<http://www.cultura.gov.br>) e anexos comprobatórios de prêmios recebidos, catálogos, material de imprensa, programas de apresentações realizadas e outros;

e) Cópia autenticada do termo de posse do dirigente da instituição ou ata de eleição da diretoria, ou termo de compromisso emitido pelo coordenador do grupo, quando for o caso;

f) Cópia autenticada do estatuto ou regimento vigente da instituição, quando for o caso;

h) Cópia de RG e CPF dos participantes da viagem;

i) Termo de compromisso assinado pelo dirigente responsável pela entidade ou pelo grupo, corretamente preenchido.

3.3 O candidato portador de deficiência que necessite de auxílio para locomoção também deverá apresentar o formulário de solicitação de seu acompanhante, devidamente preenchido e assinado, bem como a documentação relacionada na alínea f) do subitem 3.1.

3.4 Crianças e adolescentes deverão apresentar documento de autorização emitido pelo representante legal, ou justificativa da necessidade de acompanhamento, quando for o caso, juntamente com o formulário de solicitação de seu acompanhante, devidamente preenchido e assinado, bem como a documentação relacionada na alínea f) do subitem 3.1.

3.5 Caso o adolescente seja emancipado, deverá apresentar documento de emancipação registrado em cartório ou cédula de identidade contendo registro desta condição, não cabendo solicitação para acompanhante.

3.6 Não será aceito formulário ou documento originário de fax, de e-mail, incompleto ou ilegível, referente à documentação complementar disposta nas alíneas dos subitens 3.1 e 3.2.

3.7 O documento em língua estrangeira deverá estar acompanhado de tradução em português, com a identificação do tradutor contendo: nome completo e indicação do número da carteira de identidade.

3.8 A documentação pessoal de integrante de comunidade indígena poderá ser substituída por carteira de identificação emitida pela FUNAI ou autorização/declaração da FUNAI.

3.9 Cada candidato poderá participar com apenas 1 (um) pedido de inscrição.

3.10 A documentação que contenha vício de qualquer natureza ensejará a desclassificação do candidato.

3.11 Somente serão aceitos os formulários referentes ao Edital de Divulgação n.º 01/2007 do Programa de Difusão e Intercâmbio Cultural, cujos modelos encontram-se disponíveis no endereço: (<http://www.cultura.gov.br>).

3.12 O pedido de inscrição encaminhado em desacordo com as condições e finalidades estabelecidas no presente Edital será desclassificado.

3.13 O ônus da participação neste Edital é de exclusiva responsabilidade do candidato.

3.14 Não serão devolvidos documentos ou materiais encaminhados.

3.15 A apresentação do requerimento implica prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

3.16 A documentação mencionada nos subitens 3.1 e 3.2 apenas deverá ser encaminhada mediante comunicação feita pela SEFIC para o candidato selecionado.

4. SELEÇÃO E JULGAMENTO

4.1 A seleção das candidaturas será realizada por Comissão de Avaliação, constituída por representantes designados por unidades do Ministério da Cultura.

4.2 O Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura presidirá a Comissão de Avaliação e terá a prerrogativa do voto de qualidade.

4.3 As candidaturas serão avaliadas e pontuadas de acordo com os seguintes quesitos:

Critérios adotados

- a) Relevância do evento no campo artístico-cultural em que se insere. Pontuação: 0 a 5
- b) Possibilidade de desdobramentos do evento. Pontuação: 0 a 5
- c) Reconhecimento da instituição promotora do evento. Pontuação: 0 a 5.
- d) Preservação, valorização e dinamização das expressões da diversidade cultural brasileira. Pontuação: 0 a 5.
- e) Incentivo a novas investigações, temáticas e abordagens artísticas e culturais. Pontuação: 0 a 5.
- f) Difusão da produção cultural nacional. Pontuação: 0 a 5.
- g) Intercâmbio e apropriação de tecnologias, pesquisas, linguagens e valores artísticos e culturais. Pontuação: 0 a 5.

4.4 Concorrerão, entre si, as candidaturas que tenham o mesmo destino, conforme estabelecido a seguir:

- a) Brasil;
- b) América do Sul (exceto o Brasil);
- c) África;
- d) Demais países que adotem língua latina como oficial;

d) Outros países.

4.5 A pontuação final mínima exigida para classificação será de 18 pontos, sendo arquivadas as candidaturas com nota final inferior a este total.

4.6 Em caso de empate, terá preferência o pedido que, na seguinte ordem:

a) obtiver maior nota na alínea d) do subitem 4.3;

b) obtiver maior nota na alínea e) do subitem 4.3;

c) apresentar o menor custo para atendimento.

4.7 Na seleção das candidaturas, a Comissão de Avaliação observará o equilíbrio entre a distribuição regional do apoio e a proporcionalidade ao volume de demanda.

4.8 Os candidatos selecionados do presente Edital tomarão conhecimento da situação de sua candidatura por intermédio do endereço: (<http://www.cultura.gov.br>).

4.9 A Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura publicará no Diário Oficial da União e divulgará no endereço: (<http://www.cultura.gov.br>) a relação das candidaturas selecionadas, pré-aprovadas, pela Comissão de Avaliação.

5.DO APOIO

5.1 O valor do apoio financeiro será determinado pela Comissão de Avaliação, considerando os custos individuais de transporte, atendendo aos critérios de menor preço.

5.2 Os recursos financeiros serão creditados em reais, na conta-corrente do candidato beneficiado ou da entidade.

5.3 Somente serão beneficiados os candidatos cuja documentação esteja em conformidade com as condições do presente Edital.

5.4 Após efetuadas as despesas de transporte pessoal, caso haja recursos remanescentes do apoio recebido, o saldo poderá ser utilizado no custeio das seguintes atividades, desde que comprovadas por apresentação de nota fiscal: estadia durante o período de participação no evento, confecção de material de divulgação do trabalho apresentado no evento, transporte de cenários ou equipamentos utilizados na apresentação do trabalho ou aquisição de livros, CDs, DVDs, periódicos, ou obras de referência relativas à área de atuação do beneficiário.

6.OBRIGATORIEDADES

6.1 O beneficiado é obrigado a cumprir os objetivos declarados no requerimento, bem como a prestar contas do apoio recebido.

6.2 Informar à Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura, no prazo de três dias a contar da data de recebimento do comunicado da seleção, o n.º do banco, da agência e da conta-corrente onde serão depositados os recursos, bem como encaminhar o termo de compromisso a ser disponibilizado, corretamente preenchido e assinado.

6.3 É obrigatória a inserção da logomarca do Ministério da Cultura nas peças promocionais,

conforme Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura, bem como menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis ao beneficiado.

6.4 O beneficiado deverá encaminhar registros de sua participação no evento em fotografias, CDs, DVDs e outros suportes, para fins de divulgação pelo Ministério da Cultura.

7.PRESTAÇÃO DE CONTAS, RESTITUIÇÃO E PENALIDADES

7.1 Até 30 (trinta) dias após o seu retorno, impreterivelmente, o beneficiado é obrigado a apresentar:

- a) nota fiscal discriminada de pagamento do transporte pessoal, com a menção de nome e CPF do(s) passageiro(s);
- b) comprovantes de embarque (ida e volta);
- c) documento, emitido pela organização do evento, que ateste e relacione as atividades desenvolvidas pelo beneficiado, com a menção de nome dos integrantes do grupo ou entidade, se for o caso;
- d) relatório detalhado sobre a atividade realizada, assinado, conforme o caso, pelo beneficiado individual, dirigente da entidade ou coordenador do grupo, juntamente com a documentação comprobatória (fotografias, cartazes, catálogos, material de imprensa, etc.);
- e) notas fiscais referentes às atividades listadas no subitem 5.4, quando for o caso.

7.2 Os documentos listados no subitem 7.1 deverão estar acompanhados de tradução juramentada, quando requerido pelo Ministério da Cultura.

7.3 Quando se tratar de entidade ou grupo, caberá ao dirigente a responsabilidade da prestação de contas e do envio da documentação descrita no subitem 7.1.

7.4 O integrante beneficiado responde solidariamente com o dirigente da entidade ou coordenador do grupo, pela não apresentação de seus comprovantes de embarque originais.

7.5 A utilização dos recursos sem o cumprimento da atividade cultural que objetivou a concessão do benefício, assim como a constatação de permanência no destino solicitado sem continuidade de atividade cultural, ensejará a não aprovação da prestação de contas.

7.6 O beneficiado restituirá o valor recebido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) cancelamento do evento cultural que ensejou o apoio objeto do Edital;
- b) descumprimento de qualquer condição constante do Edital;
- c) a inobservância de dispositivos legais aplicáveis à concessão do apoio;
- d) constatação, em qualquer tempo, de falsidade documental, de inadimplência do beneficiado junto aos órgãos federais, ou de fato cuja a gravidade incorra em prejuízo ao objetivo proposto;
- e) não apresentação ou não aprovação da prestação de contas;
- f) utilização dos recursos em atividades não previstas neste Edital ou em despesas divergentes ao objeto a que se propôs;
- g) aplicação dos recursos no mercado financeiro ou a sua utilização a título de empréstimo.

7.7 O beneficiado que não cumprir com as obrigações estipuladas neste Edital ou cujo relatório

final de prestação de contas não for aprovado ou não for apresentado, será considerado inadimplente e terá inscrição do débito decorrente na dívida ativa da União, independente de demais providências de natureza administrativa e judicial.

8.CONTRAPARTIDA

8.1 O Ministério da Cultura poderá requisitar a participação gratuita do beneficiado em cursos, palestras, exposições, ou em outras atividades relacionadas à sua área de especialidade, durante o período de 1 (um) ano, conforme condições acordadas entre as partes.

8.2 O candidato poderá apresentar proposta de contrapartida a ser apreciada pela Comissão de Avaliação, para atendimento ao disposto no subitem 8.1.

9.RESTRIÇÕES

9.1 Não serão beneficiados servidores públicos em viagem de missão oficial ou de interesse de órgão ou entidade pública Federal, Estadual ou Municipal.

9.2 Não serão fornecidos seguros de cenários, obras ou equipamentos.

9.3 Não serão fornecidos seguros para os beneficiados.

9.4 Não será concedido apoio para turnê de espetáculo.

9.5 Não será apoiada candidatura formulada pela própria entidade organizadora ou promotora do evento.

9.6 A mesma pessoa não poderá receber o mesmo benefício do Programa de Difusão e Intercâmbio Cultural por um período inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de retorno da viagem anterior.

9.7 Em caso de necessidade de substituição de pessoa beneficiada ou alteração de datas, o pedido justificado deverá ser submetido à SEFIC que decidirá sobre o deferimento.

9.8 No caso de transporte aéreo, somente é permitida compra em classe econômica.

9.9 Requerimentos relacionados ao audiovisual serão desconsiderados.

9.10 Não serão beneficiados candidatos que não comprovarem domicílio em território brasileiro.

9.11 Não serão aceitas candidaturas para participação em eventos realizados pelo Ministério da Cultura, suas Secretarias ou instituições vinculadas, quais sejam: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Palmares (FCP), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

9.12 O período de permanência do candidato selecionado não poderá ultrapassar 1 (um) ano.

9.13 Não serão atendidas solicitações para cursos com duração superior a 12 (doze) meses.

10.DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O apoio à candidatura selecionada está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira do Programa de Difusão e Intercâmbio Cultural e do Fundo Nacional de Cultura, caracterizando a seleção como expectativa de direito do candidato.

10.2 Será reservado o percentual de 5% dos recursos disponíveis para a seleção de candidaturas de pessoas portadoras de deficiência, observadas as outras condições previstas no presente Edital.

10.3 Caso o número de portadores de deficiência selecionados não atinja o percentual referenciado no subitem 10.2, os recursos remanescentes serão utilizados para concessão de apoio financeiro aos outros candidatos, conforme a ordem de classificação.

10.4 A concessão do apoio financeiro não gera vínculo de qualquer natureza ou relação de trabalho, constituindo doação, com encargos, feita ao beneficiado.

10.5 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado da seleção disporá de três dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

10.6 O presente Edital submete-se, no que couber, às regras do Fundo Nacional da Cultura, conforme Lei 8.313/91 e Decreto 5.761/06.

10.7 Os casos omissos serão apurados e encaminhados à apreciação da Comissão de Avaliação, cabendo ao Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura a decisão terminativa.

10.8 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do Edital, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, fica eleito, desde já, o foro da Justiça Federal competente, por força do Artigo 109 da Constituição Federal.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA